

CVM também faz a sua proposta

A Comissão de Valores Mobiliários encaminhará na próxima quarta-feira ao Ministério da Fazenda proposta de criação de três mecanismos básicos para conversão de dívida externa em investimentos no mercado de ações. Segundo o presidente da CVM, Luiz Octavio da Motta Veiga, existe interesse por parte de investidores externos pelo mercado brasileiro, de ações, há disposição por parte do governo de facilitar essas operações e há empresas interessadas em melhorar seu nível de capitalização. "O que parece estar faltando é um estudo mais sistematizado para viabilizar essas operações", disse o presidente da CVM, ao participar ontem, em São Paulo, de um almoço com empresários da área financeira, promovido pela Associa-

ção das Empresas Distribuidoras de Valores (Adeval).

Os três mecanismos de conversão de dívida em investimentos propostos pela CVM são: conversão de dívida por parte de um banco credor em investimentos; formação de fundos para a administração de recursos externos aplicados no mercado de ações; e formação de *joint-venture* de empresas estrangeiras com associados nacionais interessados em vender participação acionária. Em qualquer uma dessas hipóteses, Motta Veiga disse que seria fixado um prazo mínimo de 12 anos para a remessa da dívida convertida em capital.

Apesar do estrangulamento externo provocado pela dificuldade de renegociação da dívida, Motta Veiga considera que o investidor estrangeiro tem interesse em diversificar sua

carteira e aplicar no mercado brasileiro de ações, principalmente agora que os preços estão muito baixos. Ele informou que há na CVM quatro projetos em fase de aprovação para criação de fundos destinados a operar com recursos provenientes da conversão de dívida, no valor global de US\$ 50 milhões.

Ney Castro Alves, presidente da Adeval, disse que "a experiência bem-sucedida do México e do Chile permite supor que o Brasil conseguiria simultaneamente reduzir o endividamento em torno de US\$ 3 bilhões em 12 meses, enquanto tais recursos — pouco mais de 1% do PIB — poderiam destinar-se a novas plantas industriais ou ampliação do parque atual, favorecendo o emprego e os investimentos nos segmentos considerados prioritários pelo País".